

Relatório Anual 2018



Índice

Mensagem da Diretoria	3
Nossa Governança	4
Reckittprev em Números	5
Demonstrações Contábeis	7
Relatório dos Auditores Independentes	14
Parecer Atuarial	17
Resumo dos Investimentos	31
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis	33
Ata de Reunião Ordinária da Diretoria Executiva	47
Ata de Reunião Ordinária do Conselho Fiscal	48
Ata de Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo	49
Ata de Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo	50





Mensagem da Diretoria

Caro Participante,

Com grande satisfação, apresentamos o **Relatório Anual 2018 Reckittprev**, onde você, Participante, terá acesso a informações relevantes sobre o trabalho desenvolvido pela Entidade, bem como sobre o desempenho do seu Plano de Previdência.

Como era previsto, 2018 foi um ano de grandes desafios, marcado principalmente pelo clima de expectativa e instabilidade, gerado pelas eleições presidenciais, que tomou conta do mercado e da população como um todo.

Nossa economia acabou avançando muito pouco em 2018, com crescimento do PIB de 1,1%, sentindo os efeitos não apenas das incertezas no ambiente político, mas da marcante greve dos caminhoneiros realizada no mês de maio e da instabilidade no cenário internacional, abalando sobretudo o desempenho dos países emergentes.

Em meio a este cenário, obtivemos rentabilidade de 8,92%, ligeiramente abaixo da meta atuarial, de 9,17%.

Atentos às práticas de mercado, estamos sempre em busca dos melhores resultados em investimentos para garantir qualidade de vida no seu futuro.

Para 2019, o clima ainda deve ser de cautela e espera-se uma retomada da economia. A inflação está controlada e a taxa básica de juro está no seu menor nível histórico, com perspectivas de que permaneça assim por um bom período.

Atentos às melhores práticas de governança, estamos prontos para novos desafios e queremos fazer de 2019 um ano de muito trabalho, aprendizado e grandes realizações, sempre com o compromisso principal de apoiá-lo em seu planejamento, buscando os melhores resultados, em termos de rentabilidade.

Esperamos que tenha uma boa leitura.

A Diretoria

Nossa Governança

Diretores

 **Carlos José dos Santos**
Diretor Superintendente

 **Rodrigo Iwanicki**
Diretor A.E.T.Q.* /Administrador de Risco

 **Rosa Hermínia Storoli dos Santos**
Diretora Executiva A.R.P.B.*

* A.R.P.B. – Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios
** A.E.T.Q. – Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Conselho Deliberativo

Efetivos

 **Ronei Gomes**
 **Ricardo Mueller**
 **Priscila Onha Cruz**
Representante dos Participantes e Assistidos

Suplentes

 **Alvaro Cantilho**
 **Mauricio Utiyama**
 **Eduardo Gomes Braga de Magalhães**
Representante dos Participantes e Assistidos

Conselho Fiscal

Efetivos

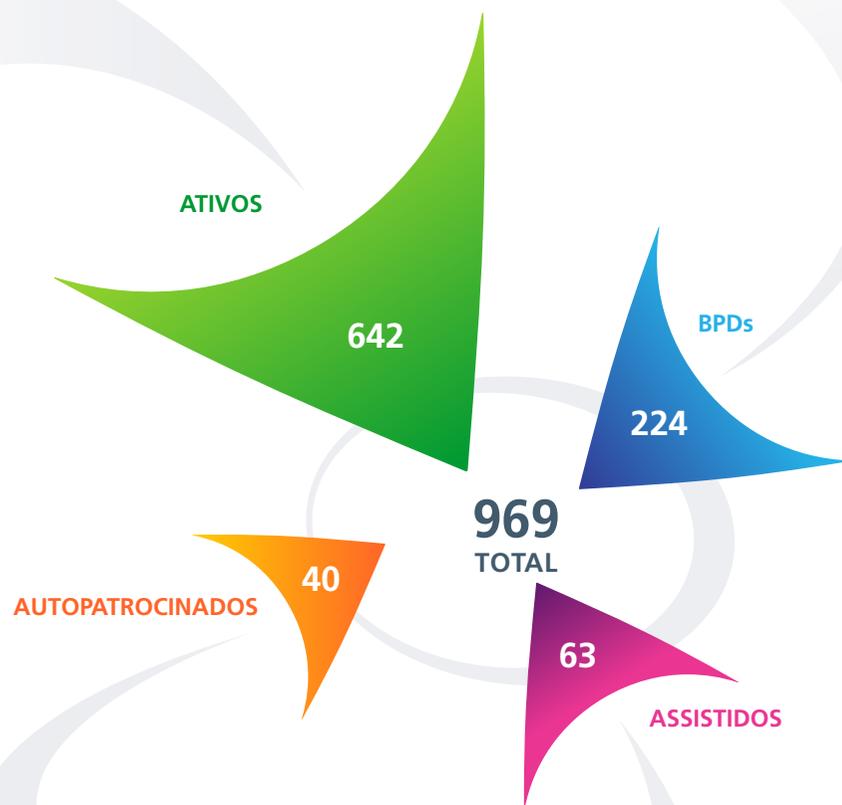
 **Ricardo Caropralli Campos**
 **Luiz Fernando Barreto Conceição**
 **Leandro de Andrade Couto**
Representante dos Participantes e Assistidos

Suplentes

 **Edson Aluisio da Silva**
Representante dos Participantes e Assistidos
 **Marcelo de Souza Cardozo**

Reckittprev em Números

Participantes



Patrimônio

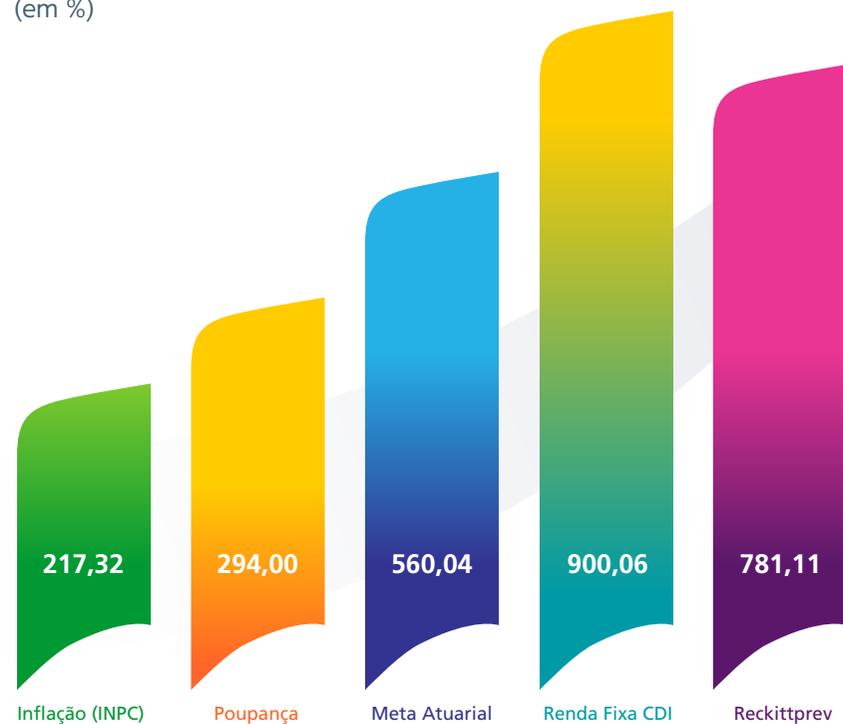
Valores em R\$ Mil



Reckittprev em Números

Rentabilidade 2018

(em %)



Rentabilidade mês a mês em 2018

Meses	Valor da Cota (R\$)	Rentabilidade (%)
Dezembro	9,59712587	8,92
Novembro	9,51876790	8,03
Outubro	9,41339152	6,84
Setembro	9,16463108	4,01
Agosto	9,09927062	3,27
Julho	9,12218766	3,53
Junho	8,96969780	1,80
Maiο	8,99344352	2,07
Abril	9,14195528	3,75
Março	9,10328504	3,32
Fevereiro	9,02747041	2,46
Janeiro	8,97366011	1,84

transparência

Demonstrações Financeiras/Contábeis

Conjunto de demonstrativos financeiros que compõem o Relatório Anual de uma empresa.

Documentos Originais



Balanço Patrimonial Consolidado

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

Ativo	2018	2017	Passivo	2018	2017
Disponível	9	21	Exigível operacional	114	171
Realizável	130.192	123.415	Gestão Previdencial	78	129
Gestão Previdencial	207	442	Investimentos	2	3
Gestão Administrativa	1	67	Patrimônio social	130.087	123.265
Investimentos	129.984	122.906	Patrimônio de Cobertura do Plano	121.705	118.683
Títulos Públicos	23.905	22.955	Provisões Matemáticas	116.649	106.786
Fundos de Investimentos	106.079	99.951	Benefícios Concedidos	33.868	32.730
			Benefícios a Conceder	82.781	74.056
			Equilíbrio Técnico	5.056	11.897
			Resultados Realizados	5.056	11.897
			Superávit Técnico Acumulado	5.056	11.897
			Fundos	8.382	4.582
			Fundos Previdenciais	7.938	3.815
			Fundos Administrativos	444	767
Total do ativo	130.201	123.436	Total do passivo	130.201	123.436

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL

Registro contábil resumido do estado patrimonial de uma empresa ou Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), que apresenta os saldos credores e devedores num certo período. O documento deve demonstrar a exata situação econômico-financeira da Entidade e dar por encerradas as operações contábeis do período.

Demonstração do Ativo Líquido

PLANO DE BENEFÍCIOS II

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	2018	2017	Variação
1. Ativos	130.167	123.398	5,49%
Disponível	9	22	-59,09%
Recebível	651	1.209	-46,15%
Investimento	129.507	122.167	6,01%
Títulos Públicos	23.905	22.955	4,14%
Fundos de investimento	105.602	99.212	6,44%
2. Obrigações	80	133	-39,85%
Operacional	80	133	-39,85%
3. Fundos não previdenciais	444	767	-42,11%
Fundos administrativos	444	767	-42,11%
4. Resultados a realizar			
5. Ativo líquido (1-2-3-4)			5,83%
Provisões matemáticas	116.649	106.786	9,24%
Superávit técnico	5.056	11.897	-57,50%
Fundos previdenciais	7.938	3.815	108,07%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	7.760	13.014	-40,37%
a) Equilíbrio Técnico	5.056	11.897	-57,50%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	2.704	1.117	142,08%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	7.760	13.014	-40,37%

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Apresenta a composição e o valor do Ativo de cada Plano de Benefícios administrado pela Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), deduzido das obrigações operacionais e contingenciais, dos fundos não Previdenciais (fundo administrativo e fundo dos investimentos).

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido

PLANO DE BENEFÍCIOS II

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	2018	2017	Variação
A) Ativo líquido – início do exercício	122.498	110.305	11,05%
1. Adições	19.841	21.109	-6,01%
(+) Contribuições	6.832	7.919	-13,73%
(+) Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão Previdencial	13.009	13.190	-1,37%
2. Destinações	(12.696)	(8.916)	42,40%
(-) Benefícios	(10.251)	(8.055)	27,26%
(-) Resultado negativo líquido dos investimentos - Gestão Previdencial	(2.129)	(4)	53.125%
(-) Custeio administrativo	(316)	(857)	-63,13%
3. Acréscimo/Decréscimo no ativo líquido (1+2)	7.145	12.193	-41,40%
(+) Provisões matemáticas	9.863	12.348	-20,12%
(+/-) Fundos previdenciais	4.123	(1.122)	-467,47%
(+/-) Superávit/(Déficit) técnico do exercício	(6.841)	967	-807,45%
B) Ativo líquido – final do exercício (A+3)	129.643	122.498	5,83%
C) Fundos não previdenciais	(323)	186	-273,66%
(+/-) Fundos administrativos	(323)	186	-273,66%

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Apresenta os fatos contábeis modificativos do Ativo Líquido – adições e destinações – de cada Plano de Benefícios Previdenciais administrado pela Entidade.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	2018	2017	Variação
A) Patrimônio social – início do exercício	123.265	110.886	11,16%
1. Adições	20.287	21.535	-5,80%
(+) Contribuições previdenciais	6.516	7.062	-7,73%
(+) Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão Previdencial	13.009	13.190	-1,37%
(+) Receitas administrativas	715	1.217	-41,25%
(+) Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão Administrativa	47	66	-28,79%
2. Destinações	(13.465)	(9.156)	47,06%
(-) Benefícios	(10.251)	(8.055)	27,26%
(-) Resultado negativo líquido dos investimentos - Gestão Previdencial	(2.129)	(4)	53.125%
(-) Despesas administrativas	(1.085)	(1.097)	-1,09%
3. Acréscimo no patrimônio social (1+2)	6.822	12.379	-44,89%
(+) Provisões matemáticas	9.863	12.348	-20,12%
(+/-) Superavit/(déficit) técnico	(6.841)	967	-807,45%
(+/-) Fundos previdenciais	4.123	(1.122)	-467,47%
(+/-) Fundos administrativos	(323)	186	-23,77%
B) Patrimônio social – final do exercício (A+3)	130.087	123.265	5,53%

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Apresenta as destinações dos Planos de Benefícios Previdenciais e assistenciais geridos pela Entidade e da Gestão Administrativa, cuja soma resulta nos valores que aumentam ou diminuem o Patrimônio Social da Entidade.

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	2018	2017	Variação
A) Fundo administrativo do exercício anterior	767	581	32,01%
1. Custeio da gestão administrativa	762	1.283	-40,61%
1.1. Receitas	762	1.283	-40,61%
Custeio administrativo da Gestão Previdencial	316	857	-63,13%
Custeio administrativo dos investimentos	399	360	10,83%
Resultado Positivo líquido dos Investimentos	47	66	-28,79%
2. Despesas administrativas	1.085	1.097	-1,09%
2.1. Administração previdencial	686	737	-6,92%
Pessoal e Encargos	241	225	7%
Treinamentos/congressos e seminários	12	9	33,33%
Viagens e estadias	3	-	-
Serviços de terceiros	368	381	-3,41%
Despesas gerais	16	48	-66,67%
Tributos	46	74	-37,84%
2.2. Administração dos investimentos	399	360	10,83%
Serviços de terceiros	399	359	11%
Despesas gerais	-	1	-100%
3. Constituição/Reversões de contingências administrativas	-	-	-
4. Reversão de recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
5. Resultado negativo líquido dos investimentos	-	-	-
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	(323)	186	-273,66%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	(323)	186	-273,66%
8. Operações Transitórias	-	-	-
B) Fundo administrativo do exercício atual (A+5)	444	767	-42,11%

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Apresenta os resultados administrativos consolidados, contendo a abertura das receitas e despesas administrativas comuns e específicas da Entidade na gestão dos Planos de Benefícios Previdenciais.

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios

PLANO DE BENEFÍCIOS II

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	2018	2017	
Provisões técnicas (1+2+3+4)	129.723	122.630	5,78%
1. Provisões matemáticas	116.649	106.786	9,24%
1.1 Benefícios concedidos	33.868	32.730	3,48%
Contribuição Definida	6.736	5.962	12,98%
Benefício definido	27.132	26.768	1,36%
1.2 Benefícios a conceder	82.781	74.056	11,78%
Contribuição Definida	81.651	72.723	12,28%
Saldo de Contas – parcela patrocinadores	40.107	36.604	9,57%
Saldo de Contas – parcela participantes	41.544	36.119	15,02%
Benefício definido	1.130	1.333	-15,23%
2. Equilíbrio técnico	5.056	11.897	-57,50%
2.1 Resultados realizados	5.056	11.897	-57,50%
Superávit técnico acumulado	5.056	11.897	-57,50%
Reserva de contingência	5.056	5.131	-1,46%
Reserva para revisão de plano	-	6.766	-100%
3. Fundos	7.938	3.815	108,07%
3.1 Fundo Previdencial	7.938	3.815	108,07%
4. Exigível operacional	80	132	-39,39%
4.1 Gestão previdencial	78	129	-39,53%
4.2 Investimentos – Gestão Previdencial	2	3	-33,33%

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Demonstração obrigatória que apresenta a composição das provisões técnicas de cada Plano de Benefícios Previdenciais administrados pela Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC).

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

AOS

Conselheiros, Diretores, Associados e Patrocinadores da RECKITTPREV – RECKITT BENCKISER SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA

SÃO PAULO – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da RECKITTPREV – RECKITT BENCKISER SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações do Plano de Benefícios II, quais sejam: do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas, do exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da RECKITTPREV – RECKITT BENCKISER SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA, em 31 de dezembro de 2018, e o desempenho de suas operações do exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e nossas responsabilidades, em cumprimento a tais normas, estão descritas no tópico 5 adiante. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o Relatório do Auditor

A Administração da RECKITTPREV é responsável por outras informações que constam do Relatório Anual da Administração e nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange tal Relatório e, portanto, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre o mesmo.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a leitura do Relatório Anual e considerar se o mesmo está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Não temos nada a relatar no presente caso.

Responsabilidades da Administração e da Governança

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração dessas demonstrações, a não ser que ela pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são os órgãos estatutários com responsabilidades pela elaboração, supervisão e aprovação das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do Auditor

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e expressar opinião sobre as mesmas. Segurança razoável não é uma garantia de que a auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, sempre detecta eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:

- a. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- b. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos técnicos apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- c. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- d. Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de perenidade dos planos de benefícios e de gestão administrativa, de continuidade operacional e, mediante as evidências de auditoria obtidas, que não existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade bem como da perenidade de seu plano. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar à liquidação do plano e/ou a descontinuidade dos negócios da Sociedade;
- e. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se elas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado dos exames, da época das visitas e das constatações relevantes de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 23 de março de 2019.

FERNANDO MOTTA & ASSOCIADOS

Auditores Independentes
CRCMG – 757

Fernando Campos Motta
Contador CRC-SP 1MG-091109

Ivo de Almeida Motta
Contador CRC-SP 1MG-038018

confiança

Parecer Atuarial



Documentos Originais

Parecer Atuarial

1. Introdução

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Benefícios II (CNPB nº 1999.0039-18), administrado pela ReckittPrev – Reckitt Benckiser Sociedade Previdenciária (CNPJ nº 57.756.371/0001-15), apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano referente à Patrocinadora Reckitt Benckiser (Brasil) Ltda. em 31 de dezembro de 2018.

PARECER ATUARIAL

Documento elaborado pelo atuário, que certifica o nível de reservas e a situação financeiro-atuarial do Plano em determinada data. O atuário expressa seus comentários técnicos a respeito dos métodos, hipóteses, dados e resultados obtidos na avaliação atuarial do Plano de Benefícios. Além disso, faz recomendações e expressa conclusões sobre a situação do Plano ou qualquer outro assunto inerente à sua competência.

2. Perfil dos Participantes

A data base dos dados individuais relativos aos Participantes Ativos, Autopatrocinados, aguardando Benefício Proporcional Diferido, Assistidos e Beneficiários utilizados no presente estudo foi 31/08/2018.

QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

Os dados individuais foram fornecidos pela ReckittPrev – Reckitt Benckiser Sociedade Previdenciária à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a entidade, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo com a ReckittPrev – Reckitt Benckiser Sociedade Previdenciária, em qualquer hipótese, a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

As principais características do grupo avaliado, na data base dos dados, estão resumidas nas tabelas a seguir:

PARTICIPANTES ATIVOS

DESCRIÇÃO	
Número	642
Idade Média (anos)	39,4
Tempo Médio de Serviço na Patrocinadora (anos)	9,4
Tempo Médio de Contribuição (anos)	9,2
Tempo Médio para a Aposentadoria (anos)	20,9
Salário Mensal Médio (R\$)	8.498
Folha Anual de Salários (R\$) – (12x)	65.467.467

PARTICIPANTES AUTOPATROCINADOS

DESCRIÇÃO	
Número	40
Idade Média (anos)	40,3
Tempo Médio de Serviço na Patrocinadora (anos)	9,8
Tempo Médio de Contribuição (anos)	9,6
Tempo Médio para a Aposentadoria (anos)	19,7
Salário Mensal Médio (R\$)	17.555
Folha Anual de Salários (R\$) – (12x)	8.426.263

PARTICIPANTES AGUARDANDO BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO

DESCRIÇÃO	
Número	224
Idade Média (anos)	40,5
Benefício Mensal Médio (R\$)*	N/A

* O valor do benefício do Participante que optou pelo BPD será determinado na data de sua concessão.

PARTICIPANTES ASSISTIDOS E BENEFICIÁRIOS

DESCRIÇÃO	
Aposentados	
Número	50
Idade Média (anos)	70,5
Benefício Mensal Médio (R\$)	6.659
Beneficiários	
Número	13
Idade Média (anos)	81,3
Benefício Mensal Médio (R\$)	3.368
Total	
Número	63
Idade Média (anos)	72,8
Benefício Mensal Médio (R\$)	5.980

Salientamos que para a definição do número de Beneficiários foi considerado o grupo familiar de cada ex-Participante, de tal forma que viúva e filhos de um mesmo ex-Participante correspondessem a um pensionista.

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais posicionados em 31/08/2018. Na avaliação atuarial esses valores foram projetados para 31/12/2018, refletindo o conceito de capacidade.

3. Hipóteses e Métodos Atuariais Utilizados

Uma avaliação atuarial é um estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo no longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos participantes já recebendo benefícios quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS) e também as de caráter biométrico (taxas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e dependentes).

A seguir descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas desta avaliação atuarial.

Taxa real anual de juros ⁽¹⁾	4,75% a.a.
Projeção de crescimento real de salário ⁽¹⁾⁽²⁾	3,00% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano ⁽¹⁾	0,00%
Fator de capacidade para os salários	0,98
Fator de capacidade para os benefícios	0,98
Hipótese sobre rotatividade ⁽³⁾	Baseada na idade do participante: (2 / idade do participante) – 0,04 x 400%
Tábua de mortalidade geral ⁽⁴⁾	AT-2000 Suavizada em 10%
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB-1944 segregada por sexo
Tábua de entrada em invalidez	RRB-1944 modificada
Entrada em Aposentadoria	100% na elegibilidade à Aposentadoria Normal

⁽¹⁾ O indexador utilizado é o INPC do IBGE;

⁽²⁾ A hipótese de crescimento salarial foi definida pela Patrocinadora levando em consideração a expectativa média de reajustes salariais futuros.

⁽³⁾ A hipótese de rotatividade foi definida com base na expectativa futura da patrocinadora sobre desligamentos de participantes do Plano.

⁽⁴⁾ Foi utilizada a tábua AT-2000, segregada por sexo, suavizada em 10%

PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Plano foi constituído na modalidade Contribuição Variável, sendo que os compromissos estruturados sob a forma de Benefício Definido referem-se ao Benefício Mínimo e às garantias para os benefícios de Invalidez e Pensão por Morte de Participante Ativo inscrito no Plano até 31/08/2005

e Rendas Vitalícias já concedidas, os quais se encontram integralizados, na data desta avaliação. Esta restrição para a concessão dos Benefícios estruturados na modalidade Benefício Definido implica na redução gradativa das Provisões Matemáticas de Benefício Definido do Plano.

Todas as hipóteses atuariais adotadas afetam os valores das provisões matemáticas, sendo que os principais riscos concentram-se na taxa real de desconto, no crescimento salarial, na mortalidade geral, entrada em invalidez e na rotatividade.

De acordo com o previsto nos itens 1.2 e 1.3 do Anexo à Resolução CGPC nº 18/2006, as justificativas para adoção das hipóteses atuariais aplicáveis ao Plano de Benefícios II encontram-se arquivadas na ReckittPrev – Reckitt Benckiser Sociedade Previdenciária à disposição dos Participantes, dos Assistidos, da Patrocinadora e da Previc.

Adicionalmente ressalta-se que a adequação da taxa real de juros foi objeto de estudo técnico específico elaborado pela Mercer, empresa contratada pela Entidade para elaboração de estudos de ALM, de forma a identificar, a partir da projeção dos ativos e do fluxo de caixa do passivo atuarial do plano de benefícios, a taxa de retorno da carteira. Os resultados do estudo apontaram a taxa máxima de 4,75%.

Conforme Portaria nº 363 de 26/04/2018, o intervalo permitido considerando a duração do passivo do Plano em 31/12/2017 de 8,26 anos é de 4,19% a.a. a 6,39% a.a. Com base nos resultados dos estudos supracitados, a Diretoria Executiva propôs e o Conselho Deliberativo aprovou a alteração da taxa real anual de juros de 4,43% a.a. para 4,75% a.a. Destacamos que a taxa real anual de juros de 4,75% atende ao disposto na legislação vigente para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2018.

A alteração da taxa de juros de 4,43% a.a. para 4,75% a.a. resultou em uma diminuição na ordem de 3% (ou aproximadamente R\$ 0,8 milhões, em termos nominais) nas provisões matemáticas totais de benefício definido do Plano.

Informamos que, excetuada a alteração na taxa real anual de juros, as demais premissas foram mantidas com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

O método atuarial adotado foi a Capitalização Individual para a avaliação de todos os benefícios do Plano, exceto o Benefício Mínimo e as garantias para os benefícios de Invalidez e Pensão por Morte do Participante Ativo, que foram avaliados pelo método Agregado.

Informamos que não ocorreram alterações nos métodos atuariais utilizados na presente avaliação, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

* * * *

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano de Benefícios II.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à Resolução CGPC nº 18/2006, e suas alterações posteriores, que estabelecem os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

4. Posição das Provisões Matemáticas

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor e com os totais dos Saldos de Contas individuais informados pela ReckittPrev – Reckitt Benckiser Sociedade Previdenciária, a composição das Provisões Matemáticas em 31 de dezembro de 2018 é a apresentada no quadro a seguir.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Previdenciais, Administrativos e de Investimentos fornecidos pela ReckittPrev – Reckitt Benckiser Sociedade Previdenciária posicionados em 31/12/2018.

	NOME	R\$
2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	130.086.959,02
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	121.704.638,19
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	116.648.534,37
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	33.868.228,94
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	6.735.796,94
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	6.735.796,94
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	27.132.432,00
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	22.143.332,00
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	4.989.100,00
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	82.780.305,43
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	81.650.558,43
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	40.106.332,46
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	41.544.225,97
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	-
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	-
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	1.129.747,00
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	1.129.747,00
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	-
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	-
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinador(es)	-
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	-
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado	-

	NOME	R\$
2.3.1.1.03.02.01	(-) Patrocinador(es)	-
2.3.1.1.03.02.02	(-) Participantes	-
2.3.1.1.03.02.03	(-) Assistidos	-
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
2.3.1.1.03.03.01	(+/-) Patrocinador(es)	-
2.3.1.1.03.03.02	(+/-) Participantes	-
2.3.1.1.03.03.03	(+/-) Assistidos	-
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	5.056.103,82
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	5.056.103,82
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	5.056.103,82
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	5.056.103,82
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	-
2.3.1.2.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	-
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	8.382.320,83
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	7.938.673,28
2.3.2.1.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	-
2.3.2.1.02.00.00	REVISÃO DE PLANO	7.938.673,28
2.3.2.1.02.00.03	- Parcela de Participantes Ativos destinada em 2015	48.120,49
2.3.2.1.02.00.04	- Parcela de Patrocinadora destinada em 2015	278.138,15
2.3.2.1.02.00.05	- Parcela de Participantes Assistidos destinada em 2015	-
2.3.2.1.02.00.06	- Parcela de Participantes Ativos destinada em 2018	1.800.040,86
2.3.2.1.02.00.07	- Parcela de Patrocinadora destinada em 2018	5.075.916,05
2.3.2.1.02.00.08	- Parcela de Participantes Assistidos destinada em 2018	736.457,73
2.3.2.1.03.00.00	OUTROS - PREVISTO EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	-
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	443.647,55
2.3.2.2.01.00.00	PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	443.647,55
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	-

Os valores das Provisões Matemáticas apresentados acima foram obtidos considerando-se o Regulamento do Plano de Benefícios II vigente em 31 de dezembro de 2018, Plano este que se encontra em manutenção.

Não houve alteração regulamentar que gere impacto ou afetação no resultado do Plano de Benefícios II no exercício de 2018.

Em relação à estruturação das Provisões Matemáticas observamos ainda o que se segue:

a) No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte do aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos).

b) A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).

c) As provisões referentes ao Benefício Mínimo e as garantias para os benefícios de Invalidez e Pensão por Morte de participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

Observamos que a Mercer não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios II avaliado, assim como os valores registrados nos saldos das contas individuais, tendo se baseado na informação fornecida pela ReckittPrev – Reckitt Benckiser Sociedade Previdenciária.

Informamos que o Plano de Benefícios II mantém em seu ativo líquido títulos mantidos até o vencimento, e que foram efetuados estudos pela ReckittPrev – Reckitt Benckiser Sociedade Previdenciária relativos à sua manutenção sem o comprometimento da capacidade financeira do Plano. Informamos, ainda, que o ajuste de precificação referido no § 4º do Art. 30 da Resolução CNPC no 29, de 13/04/2018, relativamente aos resultados referentes ao exercício de 2018, é de R\$ 2.703.707,48 (ajuste positivo).

VARIAÇÃO NAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Não houve variação significativa na provisão matemática reavaliada, utilizando as mesmas hipóteses da avaliação atuarial de 2017, quando comparada com a provisão matemática evoluída, considerando a movimentação já esperada (juros, inflação e benefícios pagos).

A redução nas provisões matemáticas na avaliação atuarial de 2018 se deve principalmente à alteração na taxa de juros.

VARIAÇÃO DO RESULTADO

A situação superavitária do Plano foi mantida, em patamar superior ao resultado obtido em 2017, devido à redução nas provisões matemáticas, conforme explicado anteriormente, e principalmente em função da rentabilidade do plano ter sido superior à meta atuarial.

NATUREZA DO RESULTADO

O superávit apresentado em 31/12/2018 foi apurado a partir da manutenção daquele contabilizado no encerramento do exercício de 2017, originado, principalmente, em função de ganhos atuariais e da rentabilidade histórica do Plano (origem conjuntural).

A Reserva de Contingência foi constituída conforme o disposto no Artigo 7º na Resolução CGPC nº 26/2008, considerando a seguinte fórmula: $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$, limitado ao máximo de 25% da Provisão Matemática. Esclarecemos que a duração do passivo considerada nesta fórmula foi de 7,89 anos e foi apurada na avaliação atuarial de 31/12/2018.

O excesso do Superávit sobre a Reserva de Contingência foi destinado à constituição da Reserva Especial para Revisão do Plano.

O valor total da Reserva de Revisão de Plano de R\$ 7.612.414,64 em 31/12/2018 foi transferido para o Fundo Previdencial de Revisão do Plano, tendo sido rateado entre Patrocinadoras e Participantes, observando a proporção contributiva em relação às contribuições normais constantes no Plano de Custeio das Demonstrações Atuariais e Relatórios com os Resultados das Avaliações Atuariais dos exercícios de 2016 a 2018, período em que foi apurado o superávit excedente a Reserva de Contingência, conforme demonstrado no quadro da próxima página:

Contribuição Normal	2016	2017	2018	Total	Proporção Contributiva
Participante	6,10%	5,19%	6,10%	17,39%	67%
Patrocinadora	3,05%	2,59%	3,05%	8,69%	33%
Total	9,15%	7,78%	9,15%	26,08%	100%

Esclarecemos que o rateio do Fundo Previdencial de Revisão do Plano entre os participantes poderá ser feito a partir da proporção da reserva matemática individual ou do benefício efetivo ou projetado atribuível a cada um deles.

CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DE FUNDOS PREVIDENCIAIS

Esclarecemos que de acordo com o item 7.3 do Regulamento do Plano de Benefícios II, o Fundo Previdencial – Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar pode ser constituído com as contribuições da Patrocinadora às quais os Participantes não tiveram direito por terem se desligado da Patrocinadora antes de se tornarem elegíveis aos benefícios do Plano. Em 31/12/2018 não há saldo nesse fundo para o Plano de Benefícios II.

Os valores alocados nos Fundos Previdenciais para Revisão de Plano, constituídos com os recursos provenientes da destinação da Reserva Especial para Revisão de Plano no exercício de 2015, poderão ser utilizados no exercício de 2019, sem que haja impacto no equilíbrio do Plano, observando-se nas próximas avaliações atuariais, o nível mínimo da Reserva de Contingência, conforme previsto na Resolução CGPC nº 26 de 29/09/2008 e suas alterações posteriores.

5. Plano de Custeio para o Exercício de 2019

CUSTOS

O método atuarial Agregado, adotado para a apuração dos compromissos relativos ao Benefício Mínimo e às garantias para os benefícios de Invalidez e Pensão por Morte de Participante Ativo inscrito no Plano até 31/08/2005, prevê o redimensionamento periódico do plano de custeio, de forma que o valor presente das contribuições futuras corresponda à diferença entre os compromissos atuariais e os recursos garantidores.

Por se tratar de Plano constituído na modalidade Contribuição Variável, cujos compromissos estruturados sob a forma de Benefício Definido encontram-se integralizados, o custo do Plano será majoritariamente estabelecido com base no nível de adesão dos participantes e no somatório das contribuições individuais resultantes da aplicação dos dispositivos regulamentares.

A seguir, apresentamos os custos segregados entre os diferentes tipos de coberturas:

DESCRIÇÃO	CUSTO EM % DA FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO	CUSTO EM R\$ DE 31/12/2018
<i>Normal</i>		
Aposentadorias (Parcela CD)	9,15%	5.998.230
Outros Benefícios (Benefícios de Risco – Parcela BD)	-	-
Total Custo Normal	9,15%	5.998.230
<i>Administrativo</i>	1,29%	841.800
<i>Custo Total</i>	10,44%	6.840.030
<i>Folha Anual de Salário de Participação dos Ativos – 12x</i>		65.467.467

As reservas destinadas aos compromissos relativos à parcela de Benefício Definido do Plano encontram-se integralizadas em 31/12/2018, razão pela qual não há previsão de aportes para a cobertura deste compromisso.

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais estimados em 31/12/2018. Ressaltamos que durante o ano de 2019, os valores de contribuição em reais poderão apresentar variações em função de aumento ou redução da folha de participação.

EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Relativamente ao custeio da parcela de Benefício Definido, pelo método Agregado há uma expectativa de custos estáveis, uma vez que o custo é determinado já considerando a hipótese de crescimento salarial e que todos os compromissos futuros já são considerados na determinação do custo.

Não houve alteração nos custos projetados para o exercício de 2019, quando comparados aos projetados para o exercício de 2018 permanecendo no mesmo percentual da folha dos salários de participação.

A variação observada no custeio da parcela de Contribuição Definida reflete o nível de participação ao Plano e decorre da aplicação dos dispositivos regulamentares do Plano.

CONTRIBUIÇÕES

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, a Patrocinadora e os participantes deverão efetuar contribuições para o Plano de Benefícios II com base nos seguintes níveis:

Patrocinadora

A Patrocinadora deverá efetuar contribuições de acordo com o Capítulo VI do Regulamento do Plano, além das seguintes contribuições:

DESCRIÇÃO	CONTRIBUIÇÃO EM % DA FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO	CONTRIBUIÇÃO EM R\$ DE 31/12/2018
<i>Normal</i>		
Contribuição para Benefícios de Risco	-	-
Contribuição para cobertura das despesas administrativas	1,29%	841.800

As contribuições totais da Patrocinadora equivalem à taxa média estimada em 6,10% da folha de salário de participação, ou R\$ 3.998.820, em moeda de 31/12/2018, tendo como base a contribuição efetivamente praticada na data da avaliação.

A diferença entre o custo e os valores de contribuição da Patrocinadora poderá ser coberta por meio da utilização do Fundo Previdencial de Revisão do Plano - Patrocinador.

De acordo com a deliberação do Conselho Deliberativo, conforme prevê item 7.3 do Regulamento do Plano, o Fundo Previdencial – Reversão por Exigência Regulamentar poderá financiar parte das contribuições devidas pela Patrocinadora, no exercício de 2019.

Participantes Ativos

Os Participantes ativos deverão efetuar contribuições de acordo com o item 6.1 do Regulamento do Plano, equivalente à taxa média estimada em 3,05% do salário, ou R\$ 1.999.410, em moeda de 31/12/2018, tendo como base a contribuição efetivamente praticada na data da avaliação.

Participantes Autopatrocinados

Os Participantes Autopatrocinados deverão efetuar, além de suas contribuições, as contribuições que seriam feitas pela Patrocinadora, caso não tivesse ocorrido o término do vínculo empregatício, destinadas ao custeio de seus benefícios, acrescidas da taxa de administração correspondente a 1,29% do salário da data de desligamento devidamente atualizado limitado a 35% da Unidade Reckitt de Contribuição – URC.

Participantes em Benefício Proporcional Diferido

Os participantes vinculados aguardando o BPD deverão efetuar contribuição anual para cobertura das despesas administrativas de 50% da Unidade Reckitt de Contribuição – URC.

VIGÊNCIA DO PLANO DE CUSTEIO

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 1º de abril de 2019.

6. Conclusão

Certificamos que o Plano de Benefícios II, administrado pela ReckittPrev – Reckitt Benckiser Sociedade Previdenciária, está superavitário em 31/12/2018.

O valor do excesso do Patrimônio do Plano sobre o valor das Provisões Matemáticas foi utilizado para constituição da Reserva de Contingência, conforme limite estabelecido na legislação vigente.

O valor do superávit excedente a Reserva de Contingência foi contabilizado na Reserva Especial para Revisão de Plano e, parcela desta Reserva Especial, apurada conforme legislação vigente, será destinada no exercício de 2019, por decisão do Conselho Deliberativo da Reckitt Benckiser Sociedade Previdenciária, aos Participantes, Assistidos e Patrocinadoras, tendo sido transferida para o Fundo de Revisão do Plano.

Cabe ao Conselho Deliberativo deliberar acerca das medidas, prazos, valores e condições para a utilização deste Fundo, respeitando-se os termos da Resolução CGPC nº26, de 29 de setembro de 2008 e suas alterações posteriores.

São Paulo, 18 de março de 2019.

Mercer Human Resource Consulting Ltda.

Henrique Costa Sousa – MIBA nº 2.708



responsabilidade

Resumo dos Investimentos

Resumo dos Investimentos

Dezembro de 2018

Renda Fixa - Passiva																
	Patrimônio em: 31/12/2018	jan/18	fev/18	mar/18	abr/18	mai/18	jun/18	jul/18	ago/18	set/18	out/18	nov/18	dez/18	2018	12 meses	24 meses
Western	R\$ 30.378.592,85	0,96%	0,60%	0,70%	0,64%	0,66%	1,33%	1,16%	0,70%	0,54%	0,98%	0,57%	0,39%	9,63%	9,63%	20,12%
INPC + 6% ao ano		0,72%	0,67%	0,56%	0,70%	0,92%	1,92%	0,74%	0,49%	0,79%	0,89%	0,24%	0,63%	9,64%	9,64%	18,62%

Renda Fixa - Ativa																
	Patrimônio em: 31/12/2018	jan/18	fev/18	mar/18	abr/18	mai/18	jun/18	jul/18	ago/18	set/18	out/18	nov/18	dez/18	2018	12 meses	24 meses
Western	R\$ 83.779.195,38	1,19%	0,75%	0,90%	0,29%	-0,73%	0,16%	1,18%	0,05%	0,61%	2,42%	0,87%	1,17%	9,20%	9,20%	22,73%
Índice de Referência *		1,11%	0,57%	0,71%	0,41%	-0,40%	0,33%	0,95%	0,19%	0,50%	1,97%	0,63%	0,82%	8,06%	8,06%	20,17%

Índice de Referência (2016): 80% SELIC + 15% IMA-B + 5% IRF-M.

Índice de Referência (2017): 70% SELIC + 15% IMA-B + 15% IRF-M.

Índice de Referência (2018): 70% SELIC + 15% IMA-B + 15% IRF-M.

Renda Variável																
	Patrimônio em: 31/12/2018	jan/18	fev/18	mar/18	abr/18	mai/18	jun/18	jul/18	ago/18	set/18	out/18	nov/18	dez/18	2018	12 meses	24 meses
Western	R\$ 9.840.842,34	9,95%	0,22%	0,81%	1,28%	-10,67%	-4,73%	7,98%	-4,04%	2,31%	9,76%	3,20%	-0,99%	13,85%	13,85%	42,71%
IBrX-100		10,74%	0,42%	0,08%	0,82%	-10,91%	-5,19%	8,84%	-3,13%	3,23%	10,42%	2,66%	-1,29%	15,42%	15,42%	47,21%

Estruturados																
	Patrimônio em: 31/12/2018	jan/18	fev/18	mar/18	abr/18	mai/18	jun/18	jul/18	ago/18	set/18	out/18	nov/18	dez/18	2018	12 meses	24 meses
Western	R\$ 3.468.513,06	1,08%	0,88%	0,88%	1,11%	-0,04%	0,52%	0,39%	-0,35%	0,60%	1,29%	0,17%	0,79%	7,56%	7,56%	16,88%
INPC + 6% ao ano		0,72%	0,67%	0,56%	0,70%	0,92%	1,92%	0,74%	0,49%	0,79%	0,89%	0,24%	0,63%	9,64%	9,64%	18,62%

* O aporte inicial nesse segmento ocorreu em 11.02.15.

Exterior																
	Patrimônio em: 31/12/2018	jan/18	fev/18	mar/18	abr/18	mai/18	jun/18	jul/18	ago/18	set/18	out/18	nov/18	dez/18	2018	12 meses	24 meses
Western	R\$ 2.504.235,53	1,34%	-2,13%	-0,26%	2,60%	3,08%	1,31%	1,79%	4,52%	0,49%	-9,33%	3,72%	-2,00%	4,43%	4,43%	27,84%
S&P 500 em R\$		0,97%	-1,39%	-0,32%	5,02%	10,43%	2,97%	0,89%	13,46%	-2,76%	-13,59%	5,77%	-8,91%	9,83%	9,83%	33,12%
INPC + 6% ao ano		0,72%	0,67%	0,56%	0,70%	0,92%	1,92%	0,74%	0,49%	0,79%	0,89%	0,24%	0,63%	9,64%	9,64%	18,62%

* O aporte inicial nesse segmento ocorreu em 11.02.15.

Consolidado																
	Patrimônio em: 31/12/2018	jan/18	fev/18	mar/18	abr/18	mai/18	jun/18	jul/18	ago/18	set/18	out/18	nov/18	dez/18	2018	12 meses	24 meses
CONSOLIDADO	R\$ 129.971.379,16	1,65%	0,62%	0,82%	0,51%	-1,02%	0,16%	1,59%	0,02%	0,70%	2,30%	1,01%	0,75%	9,44%	9,44%	23,00%
Índice de Referência *		1,64%	0,60%	0,62%	0,54%	-0,79%	0,42%	1,46%	0,05%	0,80%	2,26%	0,67%	0,46%	9,07%	9,07%	21,16%

Índice de Referência (2016): 50,5% SELIC + 32,0% (INPC +6% ao ano) + 9,5% IMA-B + 3,0% IRF-M + 5,0% IBrX-100.

Índice de Referência (2017): 44,0% SELIC + 32,0% (INPC +6% ao ano) + 9,5% IMA-B + 9,5% IRF-M + 5,0% IBrX-100.

Índice de Referência (2018): 42,3% SELIC + 32,0% (INPC +6% ao ano) + 9,1% IMA-B + 9,1% IRF-M + 7,5% IBrX-100.



eficiência

**Notas Explicativas às
Demonstrações Contábeis**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ReckittPrev - Reckitt Benckiser Sociedade Previdenciária é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado distinta de sua Patrocinadora, com autonomia administrativa, patrimonial e financeira, tendo como Patrocinadora a Reckitt Benckiser Ltda. O funcionamento da Entidade foi autorizado pela Portaria nº 3.979, do Ministro do Trabalho e Previdência Social (MTPS), atual Ministro da Previdência Social – MPS, de 08/04/1987, por prazo indeterminado.

A finalidade da Entidade é instituir e administrar planos privados de concessão de benefícios de natureza previdenciária aos funcionários, diretores e beneficiários da Patrocinadora, nos termos do Regulamento Básico e Regulamentos Complementares da Entidade.

Os recursos necessários à consecução dos objetivos da Entidade provêm, portanto, de contribuições da Patrocinadora, bem como dos rendimentos resultantes da aplicação desses recursos em investimentos, de acordo com normas estabelecidas pelas autoridades competentes.

A ReckittPrev possui apenas um plano de benefícios ativo na modalidade contribuição variável, denominado Plano de Benefícios II.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC, especificamente a Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC nº 29, de 13 de abril de 2019, Instrução da Secretaria da Previdência Complementar - SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11, e as práticas contábeis brasileiras.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos observe as gestões previdencial, administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcionando informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (Previdencial, Assistencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões

NOTAS EXPLICATIVAS

Informações mais detalhadas sobre assunções contábeis ou da operação em geral de uma empresa, que são adicionadas aos demonstrativos contábeis.

Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações. As sistemáticas aplicáveis à Entidade são Previdencial e Administrativa.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis aplicáveis na elaboração e apresentação das demonstrações contábeis da Entidade são aquelas consubstanciadas em regulamentações do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, que substituiu o Conselho de Gestão de Previdência Complementar (CGPC), e da PREVIC, que não requerem a adoção plena dos Pronunciamentos Contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Conforme constam destas diretrizes, as práticas contábeis adotadas pela Entidade são específicas para o segmento das EFPC e estão resumidas a seguir:

(a) Resultado das operações

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência. Adicionalmente, as contribuições de autopatrocinados, vinculados ao Plano de Benefícios, são registradas pelo regime de caixa.

(b) Realizável

O realizável previdencial e administrativo são apresentados pelos valores de realização e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos proporcionais auferidos.

(c) Investimentos – Ativo

(c.1) Títulos de renda fixa e renda variável

O Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC estabeleceu critérios para registro e avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários, cujos efeitos foram reconhecidos no resultado do período.

Nos termos da Resolução do Conselho Monetário Nacional CMN nº. 3.792, de 24 de setembro de 2009, e alterações posteriores, e CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, os títulos e valores mobiliários são classificados em duas categorias, de acordo com a intenção de negociação da Administração na data da aquisição, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- **Títulos para negociação** - registra os títulos com propósito de serem frequentemente negociados, independentemente do prazo a decorrer. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados periodicamente pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas não realizados reconhecidos no resultado do exercício.
- **Títulos mantidos até o vencimento** - registra os títulos com vencimentos superiores a doze meses da data de aquisição e para os quais a Entidade tenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. Estes títulos são classificados como de baixo risco por agência de risco do País, os quais são avaliados pela taxa intrínseca nominal dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

No ativo realizável - Investimento, estão incluídas todas as aplicações de recursos da Entidade. As aplicações estão classificadas por modalidade, conforme descrito a seguir:

- **Renda Fixa:** Quotas de fundos de investimentos de renda fixa - estão registradas pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma “pro rata” até a data de encerramento do Balanço. As Rendidas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.
- **Renda Variável:** Quotas de fundos de investimentos de renda variável: estão registrados pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma “pro rata” até a data de encerramento do Balanço. As Rendidas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

Para a obtenção dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, são adotados os seguintes critérios:

- i. Títulos públicos, com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA;
- ii. Ações de companhias abertas, pela cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores; e
- iii. Fundos de investimentos, pelo valor da cota na data do balanço, informada pelo Administrador do fundo.

As aplicações no segmento de renda fixa estão registradas e custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (CETIP), por meio do Banco Citibank S.A., encarregado pela administração e gestão das carteiras de investimentos.

A Entidade não possui investimentos sem cotação no mercado ativo e/ou constantes de laudo de avaliação econômica que justifiquem a necessidade de adoção de premissas utilizadas para sua avaliação, bem como a escolha de preço do ativo nos casos em que mais de uma opção é apresentada para a Entidade.

(d) Exigível operacional

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, estando representados substancialmente pelas obrigações decorrentes de direito a benefícios pelos participantes, prestações de serviços por terceiros, investimentos e obrigações fiscais.

(e) Patrimônio Social

(e.1) Provisões matemáticas

As provisões matemáticas do plano de benefícios são determinadas em bases atuariais e elaboradas por consultores atuários externos, contratados pela Entidade, e são constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou seus beneficiários, na forma prevista no Regulamento do Plano de Benefícios.

As provisões relativas a benefícios a conceder, em sua maioria, representam o montante dos saldos de contas individuais dos participantes na data do balanço.

(e.2) Equilíbrio Técnico

Todo excedente ou insuficiência patrimonial é registrado na conta de Equilíbrio Técnico, respeitando as disposições do plano de contas e em conformidade com a Resolução da CGPC nº26, de 29 de setembro de 2008.

(e.3) Fundos

O Fundo Previdencial é constituído pelo valor da conta de Patrocinadora que não foi utilizado no cálculo dos benefícios ou institutos e pelo valor resultante da Reserva Especial para Revisão do Plano.

O Fundo Administrativo é constituído com as sobras das receitas aportadas pela Patrocinadora, exclusivamente para a cobertura das despesas com a administração dos planos previdencial, atualizado mensalmente pela rentabilidade dos planos.

(f) Operações Administrativas

Em conformidade com a Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, e Instrução da Secretaria de Previdência Complementar - SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos Planos de Benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos e Diretas), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por Plano de Benefícios previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos.

As receitas administrativas da Entidade são debitadas aos Planos previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

Para a determinação do saldo do Fundo Administrativo de cada plano a Entidade utiliza o seguinte critério:

- **Receitas:** Alocadas diretamente a cada plano que as originou, sendo utilizadas as fontes de custeio previdencial e investimentos;
- **Despesas Específicas:** Alocadas diretamente ao plano que as originou; e
- **Despesas Comuns:** Utilização de critério de rateio que leva em consideração o total do patrimônio para a apuração do percentual de participação de cada plano nas despesas administrativas comuns.

4. DISPONÍVEL

Representado por depósitos à vista, reconhecidos por seus valores em moeda nacional, nas seguintes instituições financeiras:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Imediato		
Banco Santander S.A.	6	19
Western	3	2
Total do Disponível	<u>9</u>	<u>21</u>

5. REALIZÁVEL

5.1 GESTÃO PREVIDENCIAL

Referem-se a valores de contribuições previdenciais normais mensais devidas pela Patrocinadora e pelos participantes.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Recursos a receber		
Contribuição do mês – Patrocinadora	-	236
Contribuição do mês – Participantes	206	206
	206	442
Outros realizáveis		
Benefícios não programados	1	-
	1	-
Total da Gestão Previdencial	<u>207</u>	<u>442</u>

5.2 GESTÃO ADMINISTRATIVA

Registra os valores a receber decorrentes de operações da Gestão Administrativa e são compostos conforme segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Contas a receber		
Contribuição para custeio – Patrocinadora	-	66
Tributos a compensar	1	1
Total da Gestão Administrativa	<u>1</u>	<u>67</u>

5.3 INVESTIMENTOS

(a) Composição da carteira

A carteira está representada por fundos de investimentos em renda fixa, ações e por títulos públicos, cujas modalidades e instituições podem ser assim demonstradas:

TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO	VALOR CONTÁBIL E DE MERCADO	
	2018	2017
TÍTULOS PÚBLICOS	23.905	22.955
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	23.905	22.955
TÍTULOS PRIVADOS	106.079	99.951
RENDA FIXA	94.953	91.590
Quotas de fundos de investimento	57.171	57.495
Citi – INFL_II_21	1.754	662
Citi – INFLATION TOT38	10.259	9.923
Citi – SOVE IV 9	13.113	16.583
Citi – P_INFL_LTD15	1.130	822
Citi – P_INFL_PLU11	1.192	1.151
Citi – 095 FI RF_11	279	301
Citi – WA_PREVFIX24	12.645	12.174
Citi – SOVE_IV_33	6.473	7.632
Citi – PREV_STRUC 10	4.624	3.452
Citi – 101 FI RF 05	-	195
Citi – 107 FI RF 03	123	134
Citi – LONG SHORT 26	2.777	2.227
Citi – MACRO FIM 05	1.242	1.300
Citi – 111 FI RF 05	136	127
Citi – 112 FI RF 05	285	266
Citi – 113 FI RF 04	229	211
Citi – 115 FI RF 01	219	336
Citi – 1CITIASS	691	-
Fundos Aplic. em quotas de fundo de investimento	37.782	34.094
Citi – PREV. CREDIT 29	29.032	27.057
Citi – INFLATION IMPOT. 10	1.667	961
Citi – PREV. FX FI19	7.083	6.076
AÇÕES	11.126	8.361
Citi – 2LEGGVAL	2.683	-
Citi – IBRX_ACOES16	7.173	5.953
Citi – WA_BDR_NI_08	1.270	2.408
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	129.984	122.906

Considerando as disposições da Resolução CGPC nº 4/2002, a Entidade classificou a maior parte de sua carteira de títulos e valores mobiliários na categoria “Títulos para Negociação”, com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo com relação da data de aquisição, os quais são avaliados mensalmente ao valor de mercado e seus efeitos reconhecidos no resultado do exercício. As NTN foram classificadas, em sua maioria, como títulos para serem mantidos até o vencimento.

As aplicações em fundos de renda fixa e de renda variável não possuem prazo de vencimento, podendo ser resgatadas a qualquer tempo, observadas as políticas de investimentos e rentabilidade. As NTN possuem vencimentos que variam de 05/2020 a 08/2050.

6. EXIGÍVEL OPERACIONAL

6.1 Gestão previdencial

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Retenções a recolher	57	109
Outras exigibilidades (*)	21	20
Total de Gestão Previdencial	<u>78</u>	<u>129</u>

(*) Outras exigibilidades referem-se a provisão de folha de funcionários cedidos, reembolsado pela Patrocinadora.

6.2 GESTÃO ADMINISTRATIVA

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Contas a pagar		
Serviços de terceiros	27	28
Retenções a recolher	6	6
Tributos a recolher	1	5
Total de Gestão Administrativa	<u>34</u>	<u>39</u>

6.3 INVESTIMENTOS

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Relacionado com o disponível	2	3
Total de Investimentos	<u>2</u>	<u>3</u>

7. PATRIMÔNIO SOCIAL

7.1 PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas foram determinadas em bases atuariais, segundo cálculos efetuados pelo atuário contratado pela ReckittPrev - Reckitt Benckiser Sociedade Previdenciária, e representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, oriundos de benefícios concedidos e a conceder a participantes, assistidos e seus beneficiários.

Não houve variação significativa na provisão matemática reavaliada em 2018, utilizando as mesmas hipóteses da avaliação atuarial de 2017, quando comparada com a provisão matemática evoluída, considerando a movimentação já esperada (juros, inflação e benefícios pagos). A redução nas provisões matemáticas na avaliação atuarial de 2018 se deve principalmente à alteração na taxa de juros.

A redução nas provisões matemáticas na avaliação atuarial de 2017 se deve às saídas ocorridas durante o ano relativas a participantes elegíveis, a garantias para os benefícios de Invalidez e Pensão por Morte e a ganhos decorrentes do crescimento salarial abaixo do esperado.

7.2 EQUILÍBRIO TÉCNICO

Em 2018 a situação superavitária do Plano foi mantida, em patamar superior ao resultado obtido em 2017, devido à redução nas provisões matemáticas, conforme explicado anteriormente, e principalmente em função da rentabilidade do plano ter sido superior à meta atuarial.

O superávit apresentado em 31/12/2018 foi apurado a partir da manutenção daquele contabilizado no encerramento do exercício de 2017, originado, principalmente, em função de ganhos atuariais e da rentabilidade histórica do Plano (origem conjuntural).

A Reserva de Contingência foi constituída de acordo com o artigo 7º da Resolução CGPC nº 26/2008, alterada pela Resolução CNPC nº 22/2015, que determina que o resultado superavitário deve ser destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

- Limite da Reserva de Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo contábil})] \times \text{Provisão Matemática}$.

A duração do passivo considerado nessa fórmula foi de 7,89 anos (8,26 anos em 2017) e foi apurado na avaliação atuarial de 31/12/2018.

O excesso de superávit sobre a Reserva de Contingência foi destinado à constituição da Reserva Especial para Revisão do Plano em 2018 e 2017.

O Plano de Benefícios II mantém em seu ativo líquido títulos mantidos até o vencimento, que foram objeto de estudos pela ReckittPrev – Reckitt Benckiser Sociedade Previdenciária relativos à sua manutenção sem o comprometimento da capacidade financeira do Plano. Informamos, ainda, que o ajuste de precificação referido no § 4º do Art. 30 da Resolução CNPC no 29, de 13/04/2018, relativamente aos resultados do exercício de 2018, é de R\$ 2.704 (ajuste positivo) e de R\$ 1.117 em 2017 (ajuste positivo)

A apuração do equilíbrio técnico ajustado acumulado em 2017 foi a seguinte:

Tipo	Taxa de aquisição % a.a.	Vencimento	Quantidade	VLR CONTÁBIL 31/12/2017	VLR AJUSTADO 31/12/2017	AJUSTE
NTN-B	6,445696	15/05/2050	37,00	107	143	36
NTN-B	6,445696	15/05/2050	38,00	110	147	37
NTN-B	6,376045	15/05/2022	390,00	1178	1265	87
NTN-B	6,376045	15/05/2022	307,00	927	996	69
NTN-B	6,376045	15/05/2022	151,00	456	490	34
NTN-B	6,277393	15/05/2020	285,00	867	901	34
NTN-B	6,277393	15/05/2020	79,00	240	250	10
NTN-B	6,277393	15/05/2020	211,00	642	668	26
NTN-B	6,365408	15/05/2024	2.522,00	7583	8367	784
Total						1.117

A apuração do equilíbrio técnico ajustado acumulado em 2018 foi a seguinte:

Tipo	Taxa de aquisição % a.a.	Vencimento	Quantidade	PU de Mercado
NTN-B	6,4345610%	15/05/2045	172	3.017,10
NTN-B	6,4340260%	15/08/2040	146	3.076,31
NTN-B	6,4340260%	15/08/2040	438	3.076,31
NTN-B	6,3760450%	15/08/2022	390	3.190,21
NTN-B	6,3760450%	15/08/2022	307	3.190,21
NTN-B	6,3760450%	15/08/2022	151	3.190,21
NTN-B	6,2773930%	15/08/2020	285	3.212,10
NTN-B	6,2773930%	15/08/2020	79	3.212,10
NTN-B	6,2773930%	15/08/2020	211	3.212,10
NTN-B	6,3654080%	15/08/2024	2.522	3.175,81
NTN-B	6,4440610%	15/08/2030	1.572	3.119,95
NTN-B	6,4635140%	15/05/2035	1.187	3.042,37

Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste
23.393	26.097	2.704

7.3 FUNDOS

O Fundo da Gestão Previdencial – Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar é composto pelas parcelas de contribuições da Patrocinadora que não foram utilizadas para o pagamento de benefícios em função das condições de elegibilidade e tipo de benefício pago ao participante no momento de seu desligamento. Esta parte do Fundo tem a finalidade de assegurar a manutenção dos pagamentos dos benefícios previstos no Plano e minimizar os impactos de possíveis oscilações de caráter financeiro ou atuarial, podendo ser utilizado para compensação de contribuições futuras da Patrocinadora, observada a legislação aplicável, desde que prevista no plano de custeio anual, baseado em parecer atuarial, devidamente aprovado pelo Conselho Deliberativo.

Os valores alocados nos Fundos Previdenciais para Revisão do Plano, constituídos com os recursos provenientes das destinações de Reserva Especial para Revisão do Plano no exercício de 2015, poderão ser utilizados no exercício de 2019, sem que haja impacto ao equilíbrio do Plano, observando-se nas próximas avaliações atuariais, o nível mínimo da Reserva de Contingência, conforme previsto na Resolução CGPC nº 26 de 29/09/2008 e suas alterações posteriores.

O Fundo Administrativo corresponde à diferença entre as receitas e despesas administrativas, acrescida do retorno dos investimentos.

8. MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS E FUNDOS

A movimentação do exigível atuarial e dos fundos durante o exercício pode ser resumida como segue:

	31.12.2017	Constituição no exercício	31.12.2018
Provisões matemáticas			
Benefícios Concedidos	32.730	1.138	33.868
Benefícios a conceder	74.056	8.725	82.781
Total de provisões matemáticas	106.786	9.863	116.649
Superávit Técnico Acumulado			
Reserva de Contingência	5.131	(75)	5.056
Reserva Especial para Rev. do Plano	6.766	(6.766)	-
Total do Equilíbrio Técnico	11.897	(6.841)	5.056
Fundos			
Previdencial	3.815	4.123	7.938
Administrativo	767	(323)	444
Total de Fundos	4.582	3.800	8.382

8.1 HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS

As principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração do Patrimônio Social foram:

Taxa real anual de juros (1)	4,75% a.a. 2018 (4,43% a.a. – 2017)
Projeção de crescimento real de salário (1)	3% a.a.
Fator de capacidade para os salários	0,98
Fator de capacidade para os benefícios	0,98
Hipótese sobre rotatividade	Baseada na idade do participante: (2 / idade do participante) – 0,04 x 400%
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 suavizada em 10%, segregada por gênero
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB-1944
Tábua de entrada em invalidez	RRB-1944
Outras hipóteses biométricas utilizadas	O participante tem 100% de probabilidade de optar pelo instituto do Benefício Proporcional Diferido no desligamento

(1) O indexador utilizado é o INPC do IBGE.

O Plano foi constituído na modalidade Contribuição Variável, sendo que os compromissos estruturados sob a forma de Benefício Definido referem-se às garantias para os benefícios de Invalidez e Pensão por Morte de Participante Ativo inscrito no Plano até 31/08/2005 e rendas vitalícias já concedidas, os quais se encontram integralizados. Esta restrição para a concessão dos Benefícios estruturados na modalidade Benefício Definido implica na redução gradativa das Provisões Matemáticas de Benefício Definido do Plano.

Todas as hipóteses atuariais adotadas afetam os valores das provisões matemáticas, sendo que os principais riscos se concentram na taxa real de desconto, no crescimento salarial, na mortalidade geral, entrada em invalidez e na rotatividade.

De acordo com o previsto nos itens 1.2 e 1.3 do Anexo à Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28/03/2006, as justificativas para adoção das hipóteses atuariais aplicáveis ao Plano de Benefícios II encontram-se arquivadas na Entidade à disposição dos Participantes, dos Assistidos, da Patrocinadora e da PREVIC.

Adicionalmente, ressalta-se que a adequação da taxa real de juros foi objeto de estudo técnico específico elaborado pela Mercer, empresa contratada pela Entidade para elaboração de estudos de ALM, de forma a identificar, a partir da projeção dos ativos e do fluxo de caixa do passivo atuarial do Plano de Benefícios, a taxa de retorno da carteira. Os resultados do estudo apontaram a taxa máxima de 4,75% (4,43% em 2017).

Conforme Portaria nº 363, de 26/04/2018, o intervalo permitido, considerando a duração do passivo do Plano em 31/12/2017 de 8,26 anos, é de 4,19% a.a. a 6,39% a.a. Com base nos resultados dos estudos supracitados, a Diretoria Executiva propôs e o Conselho Deliberativo aprovou a alteração da taxa real anual de juros de 4,43% a.a. para 4,75% a.a. Destacamos que a taxa real anual de juros de 4,75% atende ao disposto na legislação vigente para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2018.

A alteração da taxa de juros de 4,43% a.a. para 4,75% a.a. resultou em uma diminuição na ordem de 3% nas provisões matemáticas totais de benefício definido do Plano.

Excetuada a alteração na taxa real anual de juros, as demais premissas foram mantidas com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

9. CRITÉRIO DE RATEIO

As despesas administrativas do Plano de Benefícios da Entidade serão custeadas integralmente pelo plano, por se tratar de despesas específicas. As despesas poderão ser distribuídas entre a gestão administrativa e o fluxo dos investimentos por meio de critério de rateio que será detalhado no orçamento anual e definido pela Diretoria Executiva.

10. IMPOSTO DE RENDA, PIS E COFINS

a) Imposto de Renda

Em 29 de dezembro de 2004, o Governo Federal publicou a Lei nº 11.053, que dispõe sobre a tributação dos Planos de Benefícios de caráter previdenciário, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2005, no qual o imposto de renda incidiu sobre os benefícios pagos aos participantes do Plano da Entidade, de acordo com as regras dispostas na forma da Lei.

Também a partir de 1º de janeiro de 2005, de acordo com o art. 5º da referida lei, ficam dispensados da retenção na fonte e do pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões matemáticas, das reservas técnicas e dos fundos dos Planos de Benefícios de entidade de previdência complementar.

b) PIS e COFINS

A Entidade recolhe o PIS (0,65%) e a Cofins (4%), em conformidade com a legislação em vigor, sendo a sua base de apuração, em sua totalidade, sobre as receitas administrativas.

11. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

Em atendimento à Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, revogada pela CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, a Entidade elaborou o regulamento próprio do Plano de Gestão Administrativa – PGA, sendo o mesmo aprovado pelo Conselho Deliberativo, observando os aspectos quantitativos e qualitativos dos recursos administrativos da Entidade.

12. APRESENTAÇÃO DOS EFEITOS DA CONSOLIDAÇÃO

O quadro a seguir apresenta as contas contábeis utilizadas e os respectivos valores relativos à consolidação do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2018:

Código	Conta	Valor
1.2.2.3.00.00.00	Participação no Plano de Gestão Administrativa	444
2.3.2.2.02.00.00	Participação no Fundo Administrativo do PGA	444

ROSA HERMINIA STOROLI DOS SANTOS
DIRETORA

RODRIGO IWANICKI
DIRETORIA EXECUTIVA – AETQ

CARLOS JOSÉ DOS SANTOS
DIRETOR SUPERINTENDENTE

RODRIGO FRANCISCO DO PRADO SILVA
CONTADOR – CRC 1SP-221255/O-0

determinação

Atas de Reuniões



Documentos Originais

Ata de Reunião Ordinária da Diretoria Executiva

RECKITTPREV – RECKITT BENCKISER – SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA

Aos 26 dias do mês março do ano de 2019, às 09,00 horas na sede da Entidade, reuniu-se a Diretoria Executiva da RECKITT BENCKISER – Sociedade Previdenciária. Na qualidade de Presidente da Mesa, assumiu a direção dos trabalhos o Diretor Superintendente, Sr. Carlos José dos Santos, que indicou a mim, Rosa Herminia Storoli dos Santos para secretariá-los. Instalada a reunião, por determinação do Sr. Presidente, procedi a leitura da Ordem do Dia, devendo os Srs. Diretores discutir e deliberar sobre os seguintes itens: a) resultados obtidos na avaliação atuarial do Plano de Benefícios (CNPB nº 19.990.039-18) administrado pela Entidade, em 31 de dezembro de 2018 e plano de custeio para o exercício de 2019, para posterior apresentação ao Conselho Deliberativo da Entidade; b) Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, compostas de Balanço Patrimonial (consolidado), Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada), Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT; Demonstração do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios – DPGA (consolidado) e respectivas Notas Explicativas, para posterior apresenta o aos demais órgãos que compõem a estrutura organizacional da Entidade; e c) outros assuntos de interesse da Entidade. Em discussão o primeiro item da Ordem do Dia, o Sr. Presidente submeteu   aprecia o e aprova o da Diretoria Executiva os principais resultados obtidos na avalia o atuarial do Plano de Benefícios, em 31 de dezembro de 2018 e o plano de custeio para o exercício de 2019, constantes do Parecer Atuarial, elaborado pela Mercer Human Resource Consulting Ltda, após o que, a Diretoria Executiva deliberou pela submissão, ao Conselho Deliberativo, dos referidos resultados para aprova o daquele colegiado. Prosseguindo, a Diretoria Executiva deliberou submeter à aprecia o dos demais órgãos que compõem a estrutura organizacional da Entidade, os documentos citados no item “b” da Ordem do Dia, destacando que as Demonstra es Contábeis submetidas foram devidamente apreciadas por auditores independentes, conforme Relatório dos Auditores Independentes integrante daquelas Demonstra es. Finalmente, passando para o item “c” da Ordem do Dia, o Sr. Presidente concedeu a palavra a quem dela quisesse fazer uso. Como nada mais houvesse a tratar e ninguém fizesse uso da palavra, determinou o Sr. Presidente fosse lavrada esta ata, a qual, lida e achada conforme assinada.

São Paulo, 26 de março de 2019

Carlos José dos Santos

Diretor Superintendente

Rodrigo Iwanicki

Diretor

Rosa Herminia Storoli dos Santos

Diretora



Ata de Reunião Ordinária do Conselho Fiscal

RECKITTPREV – RECKITT BENCKISER – SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA

Aos 27 dias do mês março do ano de 2019, às 09,00 horas, na sede da Entidade, reuniu-se o Conselho Fiscal da ReckittPrev Reckitt Benckiser Sociedade Previdenciária -- Sociedade de Previdência Privada. Na qualidade de Presidente da Mesa, assumiu a direção dos trabalhos o Conselheiro Presidente deste Conselho Fiscal, Sr. Luiz Fernando Barreto Conceição que indicou a mim, Marcelo de Souza Cardoso para secretariá-los. Na conformidade da Ordem do Dia, o Conselho Fiscal, por unanimidade, deliberou consignar parecer favorável às Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31/12/2018, apresentadas pela Diretoria Executiva da Entidade, as quais foram devidamente apreciadas por auditores independentes, conforme Relatório dos Auditores Independentes que delas faz parte integrante. Como nada mais houvesse a tratar e ninguém fizesse uso da palavra, determinou o Sr. Presidente fosse lavrada esta ata, a qual, lida e achada conforme assinada.

São Paulo, 27 de março de 2019

Luiz Fernando Barreto Conceição

Presidente

Leandro de Andrade Couto

Conselheiro

Marcelo de Souza Cardoso

Conselheiro Suplente e Secretário de Mesa



Ata de Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo

RECKITTPREV – RECKITT BENCKISER – SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA

Aos 28 dias do mês de março 2019, às 17,00 horas na sede da Entidade, reuniu-se o Conselho Deliberativo da RECKITT BENCKISER - Sociedade Previdenciária. Na qualidade de Presidente da Mesa, assumiu a direção dos trabalhos o Conselheiro Presidente, Sr. Ronei Gomes, que indicou a mim, Rosa Herminia Storoli dos Santos, para secretariá-los. Instalada a reunião, por determinação do Sr. Presidente, procedi a leitura da Ordem do Dia, devendo os Srs. Conselheiros discutir e deliberar sobre os seguintes itens: a) Resultados obtidos na avaliação atuarial do Plano de Benefícios, CNPB nº 19.990.039-18, administrado pela Entidade, em 31 de dezembro de 2018, e plano de custeio para o exercício de 2019; b) Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, compostas de Balanço Patrimonial (consolidado), Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DAL, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada), Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL, , Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios DPGA – (consolidado) e respectivas Notas Explicativas; e c) outros assuntos de interesse da Entidade. Em discussão o primeiro item da Ordem do Dia, o Sr. Presidente submeteu   apreciação e aprovação dos Srs. Conselheiros os principais resultados obtidos na avaliação atuarial do Plano de Benefícios, em 31 de dezembro de 2018, e o plano de custeio para o exercício de 2019, constantes do Parecer Atuarial, elaborado pela Mercer Human Resource Consulting Ltda., aprovados pela Diretoria Executiva da Entidade, em Reunião Ordinária, datada de 26 de març o de 2019, e ora apresentados a este colegiado. Após tomar conhecimento do cont duo da documentação, o Conselho aprovou o seu inteiro teor, inclusive no que se refere ao plano de custeio previsto para o exercício de 2019. Adicionalmente, foi aprovada a utilização dos recursos registrados em Fundo de Reversão para cobertura das contribuições da Patrocinadora. Dando prosseguimento   reunião, o Sr. Presidente submeteu   apreciação e aprovação dos Srs. Conselheiros, os documentos citados no item “b” da Ordem do Dia, apresentados pela Diretoria-Executiva, destacando que as Demonstrações Contábeis submetidas foram devidamente apreciadas por auditores independentes, conforme Relatório dos Auditores Independentes integrante daquelas Demonstrações, assim como examinadas pelo Conselho Fiscal da Entidade, em Reunião Ordinária realizada em 27 de març o de 2019, as 09,00 horas. Discutido o assunto, o Conselho deliberou, por unanimidade, após detalhado exame, aprovar, sem restrições, as Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas e, em decorrência, considerando o fato de que sobre as mesmas registra-se parecer favorável dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, exonerar de responsabilidade sobre as contas do exercício, os membros da Diretoria Executiva da Entidade. Os documentos objeto das deliberações, supramencionados nos itens “a” e “b” da Ordem do Dia, foram devidamente rubricados em via original pelos Srs. Conselheiros e ficarão arquivados na Entidade. Finalmente, passando para o item “c” da Ordem do Dia o Sr. Presidente concedeu a palavra a quem dela quisesse fazer uso. Como nada mais houvesse a tratar e ninguém fizesse uso da palavra, determinou o Sr. Presidente fosse lavrada esta ata, a qual, lida e achada conforme, foi por todos assinada,

São Paulo, 28 de març o de 2019

Priscila Onha Cruz

Conselho Deliberativo

Ronei Gomes

Presidente

Ricardo Mueller

Conselho Deliberativo

Rosa Herminia Storoli dos Santos

Secretária

Ata de Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo

RECKITTPREV – RECKITT BENCKISER – SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA

Aos 26 dias do mês de dezembro do ano de 2018, às 15:00 horas, na sede da Entidade, reuniram-se os membros do Conselho Deliberativo da ReckittPrev - Reckitt Benckiser Sociedade Previdenciária. Na qualidade de Presidente da mesa, assumiram a direção dos trabalhos o Presidente do Conselho Deliberativo Sr. Ronei Gomes que designou a mim, Rosa Hermínia Storoli dos Santos para secretariá-lo. Instalada a reunião, o Sr. Presidente informou aos presentes que a ordem do dia era para submeter à aprovação do orçamento e da Política de Investimentos para exercício de 2019, recomendado pela Diretoria Executiva. Para instruir a análise dos Srs. Conselheiros, o Presidente da Mesa distribuiu cópia da proposta da Política de Investimentos (anexo I) e do Orçamento (anexo II) que, devidamente autenticada pela mesa, fica, por referência, fazendo parte integrante da presente ata. Passando à discussão da matéria objeto da Reunião, o Conselho Deliberativo aprovou, por unanimidade o Orçamento e a Política de Investimentos para o ano de 2019. Como nada mais houvesse a ser tratado e ninguém fizesse uso da palavra, o Sr. Presidente determinou que fosse lavrada esta Ata, a qual, lida e achada conforme, foi por todos assinada.

São Paulo, 26 de dezembro de 2018

Ronei Gomes

Presidente do Conselho Deliberativo

Priscila Onha Cruz

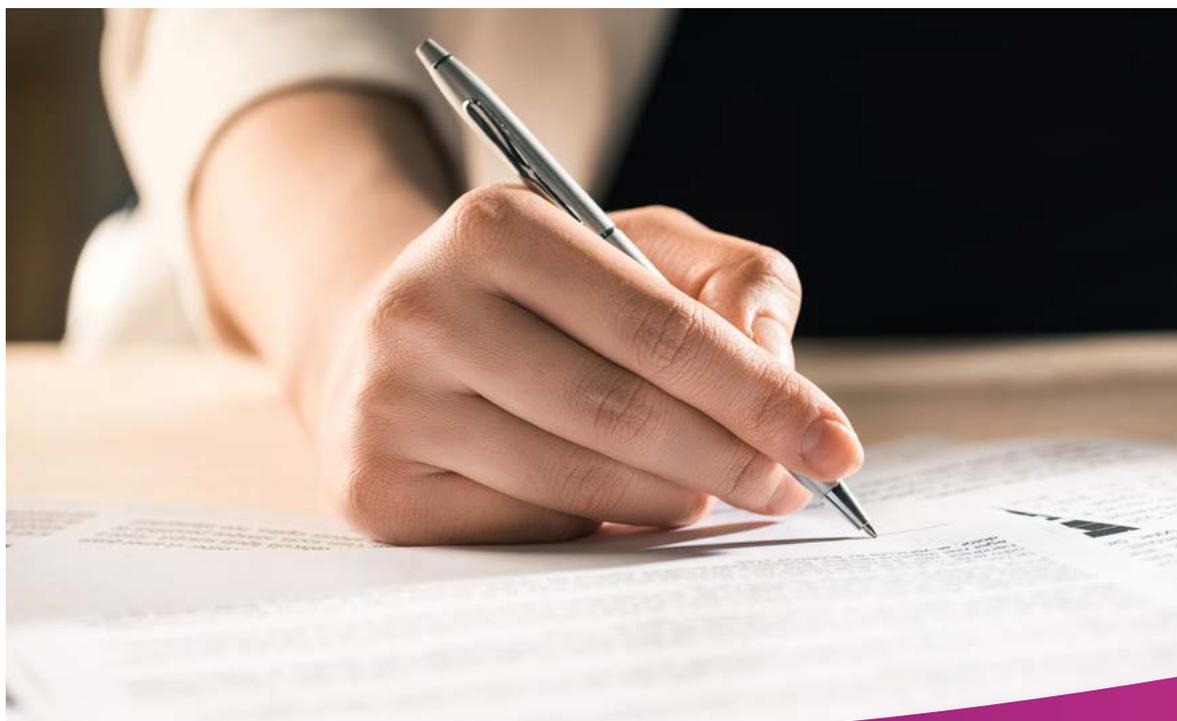
Membro Efetivo de Conselho Deliberativo
Representante dos Participantes e Assistidos

Rosa Herminia Storoli dos Santos

Secretária de Mesa

Ricardo Mueller

Membro Efetivo do Conselho Deliberativo





ReckittPrev – Reckitt Benckiser – Sociedade Previdenciária

Rodovia Raposo Tavares, 8015 – km 18 – São Paulo/SP
www.reckittprev.com.br

Consultoria de Comunicação e Editorial:

Arte da Criação (11) 3567-2011 | www.artedacriacao.com